



Diário Oficial Eletrônico

do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas



Manaus, segunda-feira, 9 de fevereiro de 2015

Ano V, Edição nº 1058, Pág. 1

PORTARIA N.º 36/2015-GPDRH

O Presidente do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e;

CONSIDERANDO o Relatório Final da Comissão de Avaliação de Desempenho – CAD, instituída pela Portaria n.º 114/2010, datada de 19.3.2010, que avaliou o desempenho no Estágio Probatório dos servidores nomeados para provimento do cargo de Assistente de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 47 e 48 da Lei n.º 1762, de 14.11.1986;

CONSIDERANDO a Decisão n.º 22/2015- Administrativa – Tribunal Pleno, datada de 28.1.2015, constante do Processo n.º 6037/2011,

RESOLVE:

Aprovar o Estágio Probatório do servidor **LEANDRO BEIRAGRANDE DA COSTA**, matrícula n.º 001.685-3A, nomeado para provimento do cargo de Assistente de Controle Externo do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 3 de fevereiro de 2015.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

PORTARIA N.º 39/2015-GPDRH

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e;

CONSIDERANDO o teor do Memorando n.º 01/2015-DIORFI, datado de 6.1.2015,

RESOLVE:

I - EXCLUIR da Portaria n.º 10/2014-GPDRH, datada de 15.1.2014, o nome do servidor **JOSÉ CARLOS CARVALHO DA ROCHA**, matrícula n.º 000.393-0A, a contar de fevereiro de 2015;

II – INCLUIR na Portaria acima mencionada o nome da servidora **RITA DE CÁSSIA ALBUQUERQUE MARINHO MARCIÃO**, matrícula n.º 000.238-0A, a contar da mesma data.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 5 de fevereiro de 2015.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

PORTARIA N.º 40/2015-GPDRH

O Presidente do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e;

CONSIDERANDO o teor do Memorando n.º 15/2015- DIAM, datado de 2.2.2015,

RESOLVE:

ALTERAR o período da viagem do CB PM **ALCIRLEY FERREIRA MACIEL**, matrícula n.º 001.888-0A, passando de 26 a 30.1.2015, para 28.1 a 10.2.2015, ao Município de Iranduba.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 5 de fevereiro de 2015.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

PORTARIA N.º 41/2015-GPDRH

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

LOTAR a servidora **CAMILA SOARES CAMPOS**, na Presidência desta corte de contas, a contar de 2.2.2015.

DÊ- SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 5 de fevereiro de 2015.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

PORTARIA N.º 019/2015-SGDRH

O Senhor Secretário Geral de Administração do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO o teor da Portaria n.º 635/2013-GPDRH, de 27.12.2013, Conselho-Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas,





Diário Oficial Eletrônico

do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas



Manaus, segunda-feira, 9 de fevereiro de 2015

Ano V, Edição nº 1058, Pág. 2

CONSIDERANDO a Decisão n.º 388/2014 – Administrativa -Tribunal Pleno, datada de 19.12.2014, constante no Processo n.º 2540/2014;

RESOLVE:

I - DEFERIR ao servidor **ELIAS CRUZ DA SILVA**, matrícula n.º 001.336-6A, incorporação de mais 3% (três por cento) ao seu Adicional de Tempo de Serviço que somados aos 5% (cinco por cento) já concedidos na Decisão n.º 94/2013, totalizam 8% (oito por cento);

II- RECONHECER o direito a Licença Especial relativa ao período de 01.02.1993 a 31.01.1998, 90 (noventa) dias para fins de gozo e fruição.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE.

GABINETE DA SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, Manaus, 2 de fevereiro de 2015.

FERNANDO ELIAS PRESTES GONÇALVES
Secretário Geral de Administração

*Republicada por incorreção

Portaria SG nº 04/2015, de 09 de fevereiro de 2015

Designa a Servidora **ÂNGELA MARIA PEDROSA GALVÃO**, para atuar como fiscal do Contrato n.º 04/2015-TCE, firmado entre o Estado do Amazonas, por intermédio do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas e a empresa **MPS de Souza Gomes**.

O **Secretário Geral do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas**, no uso de suas atribuições legais, e observada a Portaria n.º 635/2013, que trata da delegação de competência, publicada no DOE de 23 de dezembro de 2014.

CONSIDERANDO a necessidade de designar servidor para, no âmbito da administração, acompanhar e fiscalizar a execução dos Contratos Administrativos, conforme o disposto no art. 67 da lei 8.666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR a Servidora **Ângela Maria Pedrosa Galvão**, Chefe da Divisão de Assistência Social, matrícula 740-4A, para atuar como fiscal, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, do Contrato n.º 04/2015, referente à contratação da empresa **MPS DE SOUZA GOMES**, CNPJ n.º 00.828.864/0001-04, para prestação de serviços fornecimento de alimentação preparada, "operação *self service*", para este TCE-AM.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, podendo ser revogada a qualquer tempo a critério da autoridade competente.

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO SECRETÁRIO GERAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 09 de fevereiro de 2015.

FERNANDO ELIAS PRESTES GONÇALVES
Secretário-Geral de Administração do TCE-AM

DESPACHOS DE ADMISSIBILIDADE E INADMISSIBILIDADE DE CONSULTAS, DENÚNCIAS E RECURSOS.

PROCESSO Nº. 435/2015 – Recurso Ordinário, interposto em face da Decisão n.º 999/2013 – TCE – 2ª Câmara desta Corte de Contas, exarado no Processo n.º 4849/2010.

DESPACHO: ADMITO o presente Recurso, concedendo-lhe o efeito devolutivo.

PROCESSO Nº. 5101/2014 – Recurso de Revisão interposto pela Sra. **MARIA JOSÉ DA SILVA**, Policial Militar em face da Decisão n.º 1478/2013 – TCE – 2ª Câmara, exarada nos autos do Processo n.º 4265/2011.

DESPACHO: ADMITO o presente Recurso, concedendo-lhe o efeito devolutivo.

PROCESSO Nº. 4971/2014 – Recurso de Reconsideração, em face do Acórdão n.º 484/2014, exarado pelo Tribunal Pleno, nos autos do Processo n.º 1594/2014.

DESPACHO: ADMITO o presente Recurso, concedendo-lhe os efeitos devolutivo e suspensivo.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 05 de fevereiro de 2014.

SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 09 de fevereiro de 2015.

MIRTYL LEVY JUNIOR
Secretário do Tribunal Pleno

PROCESSOS JULGADOS PELO EGRÉGIO TRIBUNAL PLENO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, SOB PRESIDÊNCIA DO EXMO. SR. CONSELHEIRO JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO, NA 4ª SESSÃO ADMINISTRATIVA DE 04.02.2015.

1- PROCESSO TCE nº 548/2015.

2- Natureza: Administrativo.

3-Assunto: Concessão de férias relativas ao exercício de 2015, bem como 1/3 constitucional e 50% da gratificação natalina.

4- Interessado: Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

5- Unidade Administrativa: DIRH – Informação nº 331/2015.

6-Manifestação do Departamento Jurídico: DIJUR - Parecer nº 43/2015.

7- Relator: Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho, Presidente.

EMENTA: Concessão de férias relativas ao exercício de 2015.

Deferimento. *Deferimento à DIRH e à DIORF. Arquivamento dos autos.*

8- DECISÃO 26/2015





Diário Oficial Eletrônico

do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas



Manaus, segunda-feira, 9 de fevereiro de 2015

Ano V, Edição nº 1058, Pág. 3

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **DECIDEM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no exercício da competência estabelecida pelo art. 12, incisos I, "b", VI e X da Resolução nº 04/2002-TCE, à **unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, de acordo com a Informação do DIRH e o Parecer da DIJUR, **DEFERIR** o pedido formulado pelo Exmo. Sr. **ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JUNIOR**, Conselheiro desta Corte de Contas, no sentido de:

8.1 - Reconhecer o direito do douto Requerente à fruição de suas férias relativas ao exercício de 2015, com gozo para data oportuna, bem como à percepção do terço constitucional sobre cada período de 30 dias, nos moldes dos arts. 1º e 9º da Lei Estadual n. 1.897/89 e 50 % da gratificação natalina, respaldado no art. 3º da Lei Estadual n. 1.897/89;

8.2 - Determinar à DIRH e à DIOF que providenciem, respectivamente, o registro na Ficha Funcional do interessado da concessão de suas férias relativas ao período supramencionado, e o pagamento do terço constitucional a que faz jus, observada, ainda, a não-incidência de contribuição previdenciária sobre estes adicionais, em consonância com a Decisão Plenária constante do Processo TCE n. 1.934/2006;

8.3 - Após, cumpridos os requisitos previstos nos arts. 58 a 65 da Lei 4.320/64, determinar que sejam os autos remetidos à Divisão de Arquivo, para os procedimentos previstos no § 1º do art. 164, do Regimento Interno desta Corte de Contas.

1- PROCESSO TCE nº 496/2015.

2- Natureza: Administrativo.

3-Assunto: Solicitação de prorrogação de Licença para tratamento de interesse particular.

4- Interessado: Ubaldino Meirelles da Silva Neto, servidor deste Tribunal.

5- Unidade Administrativa: DIRH – Informação nº 335/2015.

6-Manifestação do Departamento Jurídico: DIJUR - Parecer nº 47/2015.

7- Relator: Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho, Presidente.

EMENTA: Solicitação de prorrogação de Licença para tratamento de interesse particular.

Deferimento. Determinação à DIRH. Arquivamento.

8- DECISÃO 24/2015

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **DECIDEM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no exercício da competência estabelecida pelo art. 12, inciso I, "b", da Resolução nº 04/2002-TCE, à **unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, de acordo com a Informação do DIRH e o Parecer da DIJUR, **DEFERIR** o pedido formulado pelo Sr. **UBALDINO MEIRELLES DA SILVA NETO**, no sentido de:

8.1 - Reconhecer o direito do Requerente à licença para tratamento de interesse particular por mais 24 (vinte e quatro) meses, nos termos do art. artigo 65, V e 75 da Lei 1762/1986 – Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado do Amazonas, observando-se as seguintes ponderações:

8.1.1 - A remuneração do interessado deverá ser suspensa até o retorno as suas atividades funcionais, e com prejuízo de suas contribuições previdenciárias, salvo a possibilidade legal do servidor, voluntariamente e as suas expensas, proceder ao recolhimento de suas contribuições previdenciárias junto ao AMAZONPREV, nos termos da Lei complementar Estadual n.º 52/2001;

8.1.2 - O vínculo do servidor com a Administração ficará suspenso, não se computando o tempo correspondente para qualquer efeito, inclusive o de estágio probatório, conforme determina o art. 75, §4º da Lei 1762/1986 e o art. 23 da Resolução TCEAM n. 17/2009;

8.2 - Determinar à DIRH que providencie a edição de portaria veiculando a respectiva concessão da licença, bem como o registro desta nos assentamentos funcionais do Requerente;

8.3 - Após cumprido o requisito acima, determinar que sejam os autos remetidos à Divisão de Arquivo, para os procedimentos previstos no §1º do art. 164 do Regimento Interno desta Corte de Contas.

1- PROCESSO TCE nº 91/2015.

2- Natureza: Administrativo.

3- Interessado: Carlos Cesar da Silva Oliveira.

4-Assunto: Concessão de Auxílio Funeral.

5- Unidade Administrativa: DIRH – Informação nº 45/2015.

6-Manifestação do Departamento Jurídico: DIJUR - Parecer nº 33/2015.

7- Relator: Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho, Presidente.

EMENTA: Concessão de Auxílio Funeral.

Deferimento. Determinação à DIRH e à DIOF. Arquivamento dos autos.

8- DECISÃO 23/2015

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **DECIDEM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no exercício da competência estabelecida pelo art. 12, inciso I, "b", da Resolução nº 04/2002-TCE, à **unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, de acordo com a Informação do DIRH e o Parecer da DIJUR:

8.1 - **DEFERIR** o pedido de concessão de auxílio funeral do Sr. **CARLOS CESAR DA SILVA OLIVEIRA**, em razão do falecimento do seu irmão Sr. **JÚLIO CESAR SILVA DE OLIVEIRA**, servidor desta Corte de Contas, ocorrido no dia 05.01.2015, no sentido de ser reconhecido o direito à percepção do **AUXÍLIO FUNERAL**, posto que cumpriu as exigências constantes no art. 113, § 1º, da Lei n. 1.762/86;

8.2 - **DETERMINAR** à DIRH que proceda às devidas anotações funcionais;

8.3 - **DETERMINAR** à DIOF:

8.3.1 - Que informe se há disponibilidade Orçamentária e Financeira para solver a despesa e, providencie o respectivo pagamento.

8.3.2 - Por fim, enviem-se os autos à Divisão de Arquivo para os fins do art. 164, § 1º, da Resolução n. 04/2002.

1- PROCESSO TCE nº 401/2015.

2- Natureza: Administrativo.

3-Assunto: Solicitação de cessão de dois servidores para compor comissão que examinará as contas de campanha eleitoral junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas.

4- Interessado: Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas – TRE/AM.

5- Unidade Administrativa: DIRH – Informação nº 333/2015.

6-Manifestação do Departamento Jurídico: DIJUR - Parecer nº 46/2015.

7- Relator: Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho, Presidente.

EMENTA: Solicitação de cessão de servidores pelo TRE/AM.

Deferimento. Determinação à DIRH. Comunicação à petionária. Arquivamento.

8- DECISÃO 25/2015

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **DECIDEM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no exercício da competência estabelecida pelo art. 12, I, "b", c/c art. 29, incisos V, *in fine*, IX e XIX da Resolução n. 04/2002-RITCE-AM, à **unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, de acordo com a Informação do DIRH e o Parecer da DIJUR:

8.1 - **DEFERIR** o pedido de requisição das servidoras indicadas nos autos, à Justiça Eleitoral nos termos do art. 30, § 3º da Lei Federal n. 9.504/1997, pelo período de 03 (três) meses, a contar de 01/02/2015;

8.2 - **DETERMINAR** que a presente cessão ocorra sem qualquer prejuízo à remuneração e produtividade das servidoras, e ainda, que assunção do ônus remuneratório e previdenciário fique às expensas deste Tribunal, devido à exiguidade do tempo de cessão requerido;





Diário Oficial Eletrônico

do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas



Manaus, segunda-feira, 9 de fevereiro de 2015

Ano V, Edição nº 1058, Pág. 4

8.3 - DETERMINAR à DIRH que efetue junto ao órgão cessionário o controle da frequência das servidoras indicadas;

8.4 - COMUNICAR à douta peticionária quanto ao deferimento de seu pleito, bem como adote as medidas necessárias para o cumprimento do feito;

8.5 - Por fim, sejam os autos remetidos à Divisão de Arquivo, nos termos do art. 51, *caput*, da Lei Estadual n. 2.794/2003, que regula o processo Administrativo no Estado do Amazonas.

SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 09 de fevereiro de 2015.

MIRTYL LEVY JUNIOR
Secretário do Tribunal Pleno

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2014 NOVA DATA

A Pregoeira designada pela Portaria SG Nº 19/2014 do Tribunal de Contas do Estado, torna público aos interessados que realizará no dia **25/02/2015** às 9h, Licitação na modalidade "Pregão Presencial", tipo "menor preço por lote", objetivando a contratação de empresa especializada na prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (fixo-fixo e fixo-móvel), local, Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional (fixo-fixo e fixo-móvel) a ser executado de forma contínua, para ligações originadas na sede administrativa do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas. O Edital completo poderá ser adquirido na sala da Comissão Permanente de Licitação, localizada na Avenida Efigênio Sales, 1155 – Parque 10, Manaus - Amazonas, em dias úteis, no horário das 7h às 13h, ou no site www.tce.am.gov.br. Informações pelos telefones 3301-8150 e 3301-8240 (fone/fax).

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 09 de fevereiro de 2015.

GLAUCIETE PEREIRA BRAGA
Pregoeira da CPL/TCE-AM

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Pelo presente Edital, na forma e para os efeitos do disposto no art. 161, inciso III, da Lei nº 2423/96 – TCE, c/c o art. 97 e 174 da Resolução TCE 04/02, e o art. 5º, LV, da CF/88, fica **NOTIFICADO** o Senhor **SEBASTIÃO MENDONÇA**, a fim de conhecer o teor da Decisão nº 671/2014-TCE-PRIMEIRA CÂMARA, exarada no Processo TCE/AM nº 327/2013.

DEPARTAMENTO DA PRIMEIRA CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 04 de fevereiro de 2015.

ADRIELLE CLARA SILVA MELO
Chefe do Departamento da Primeira Câmara

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 004/2015 - DICOP

Pelo presente Edital, na forma e para os efeitos do disposto no art. 71, inciso III, da Lei nº 2423/96 – TCE, e art. 97, I e § 2º, da Resolução TCE 04/02, combinado com o art. 5º, LV, da CF/88, e cumprindo Despacho da Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, fica **NOTIFICADO** o Sr. **ANTÔNIO GOMES FERREIRA** para, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da última publicação deste, comparecer ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, situado na Avenida Efigênio Sales, nº 1155, 2º andar, Parque Dez de Novembro, a fim de apresentar documentos e/ou justificativas, como razões de defesa acerca das restrições e/ou questionamentos citados na **Notificação N.º 261/2014 – DICOP**, reunidos no Processo TCE nº 5012/2013, que trata da Prestação de Contas referente ao Convênio nº 23/2011 firmado com a SEJEL, ou recolher aos cofres públicos, com comprovação perante este Tribunal, o montante estabelecido na referida Notificação, decorrentes da não comprovação da boa e regular aplicação de recursos despendidos em obras e/ou serviços de engenharia, sujeitos à fiscalização por esta Corte de Contas, corrigido monetariamente.

DIRETORIA DE CONTROLE EXTERNO DE OBRAS PÚBLICAS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 05 de fevereiro de 2015.

MADSON LINO DE ASSIS RODRIGUES
DIRETOR DICOP

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 05/2015 - DICOP

Pelo presente Edital, na forma e para os efeitos do disposto no art. 71, inciso III, da Lei nº 2423/96 – TCE, e art. 97, I e § 2º, da Resolução TCE 04/02, combinado com o art. 5º, LV, da CF/88, e cumprindo Despacho do Conselheiro Convocado Alípio Reis Firmo Filho, fica **NOTIFICADO** o Sr. **João Caram Filho** – Sócio da Empresa CARAM EMPREEDIMENTOS LTDA, para, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da última publicação deste, comparecer ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, situado na Avenida Efigênio Sales, nº 1155, 2º andar, Parque Dez de Novembro, a fim de apresentar documentos e/ou justificativas, como razões de defesa acerca das restrições e/ou questionamentos citados na **Notificação N.º 218/2014 – DICOP**, reunidos no Processo TCE nº 5790/2010 que trata da Prestação de Contas Referente ao Convênio no 29/2010, firmado entre a CIAMA e a Prefeitura de Tonantins.

DIRETORIA DE CONTROLE EXTERNO DE OBRAS PÚBLICAS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 05 de fevereiro de 2015.

MADSON LINO DE ASSIS RODRIGUES
Diretor

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 008/2015-DICAMI

Processo nº 3.002/2011-TCE. Responsável: Sr. Humberto Ferreira da Silva, Servidor Público do Município de Boca do Acre. Prazo: 30 dias.

Pelo presente Edital, faço saber a todos, na forma e para os efeitos legais do disposto nos arts. 71, III, 81, II, da Lei nº 2.423/96-TCE, c/c o art. 1º, da LC nº 114/2013, que alterou o art. 20, da Lei nº 2423/96; arts. 86 e 97, I e II, da Resolução nº 04/2002-TCE; art. 19, da Res. nº 08/2013, e para que





Diário Oficial Eletrônico

do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas



Manaus, segunda-feira, 9 de fevereiro de 2015

Ano V, Edição nº 1058, Pág. 5

se cumpra o art. 5.º, inciso LV, da CF/88, c/c os arts. 18 e 19, I, da Lei citada, e ainda o Despacho do Sr. Relator, fica **NOTIFICADO** o **SR. HUMBERTO FERREIRA DA SILVA**, Servidor Público do Município de Boca do Acre, para, para, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da última publicação deste, apresentar ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, situado na Av. Efigênio Sales n.º 1155 – Parque 10, Cep 69060-020, documentos e/ou justificativas, como razões de defesa, podendo, inclusive, recolher o valor no total de **R\$ 31.977,00** (trinta e um mil, novecentos e setenta e sete reais) suscitados no **Relatório Conclusivo nº 153/2011 (fls. 669/691) – DICAMI, Parecer Ministerial nº 6801/2011 (fls. 694/696)**, disponíveis na DICAMI para subsidiar a defesa

DIRETORIA DE CONTROLE EXTERNO DA ADMINISTRAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO INTERIOR, DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 04 de fevereiro de 2015.

DÁRIO DE SOUSA MARINHO MENDES
Respondendo pela DICAMI

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO SEGUNDA CÂMARA

Pelo presente Edital, na forma e para os efeitos do disposto no art. 71, inciso III, da Lei n.º 2423/96 – TCE, e art. 97, I e § 2º, da Resolução TCE n.º 04/02, combinado com o art. 5º, LV, da CF/88, fica **NOTIFICADO** o **Sr. FRANCISCO VIEIRA DA SILVA**, para, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da última publicação deste, comparecer ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, situado na Avenida Efigênio Sales, n.º 1155, 2º andar, Parque Dez de Novembro, junto ao Departamento da Egrégia Segunda Câmara, a fim de tomar ciência da Decisão n.º 1159/2014 – TCE-SEGUNDA CÂMARA, exarada nos autos do Processo TCE n.º 10758/2014, referente à sua Aposentadoria.

DEPARTAMENTO DA 2ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 05 de Fevereiro de 2015.

RAFAEL DE OLIVEIRA LINS
Chefe do Departamento da 2ª Câmara

EDITAL SECRETARIA DO PLENO

Pelo presente Edital, na forma e para efeitos do disposto no art. 71, inciso III c/c art. 81, inciso II, da Lei n.º 2423/96 c/c o art. 97, inciso I da Resolução 04/2002-TCE, fica **NOTIFICADO** o **Sr. Antônio José Muniz, Ex – Prefeito Municipal de Borba**, acerca do Acórdão n.º 344/2014 – TCE - Tribunal Pleno, proferidos nos autos do **Processo nº 587/2013**, decidiu, à unanimidade: Declarar a Revelia, nos termos do art. 20, § 3º, da Lei Estadual n.º 2.423/96, c/c o art. 88 da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM, **JULGAR** Irregular a Prestação de contas do Termo de Convenio n.º 42/2012 celebrado entre a **Secretaria Municipal de Estado de Cultura e Turismo – SEC** e a **Prefeitura Municipal de Borba**; **APLICAR MULTA** ao Sr. Antônio Jose Muniz Cavalcante, no valor de R\$ 32.267,08 (trinta e dois mil, duzentos e sessenta e sete reais e oito centavos), conforme art. 308, inciso VI, da Resolução 04/2002: **FIXAR prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento das sanções pecuniárias mencionadas acima aos cofres da Fazenda Pública, salientando-lhe que os comprovantes de pagamento devem ser encaminhados a esta Corte de Contas, sito a Av. Efigênio Sales, n.º 1155, Parque Dez de Novembro. Na hipótese de expirar este prazo, o valor da**

multa deverá ser atualizado monetariamente (artigo 55, da Lei n.º 2423/1996), ficando a DICREX autorizada a adotar as medidas previstas nas Subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução TC n.º 04/2002.

SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 09 de fevereiro de 2014.

MIRTYL LEVY JÚNIOR
Secretário do Tribunal Pleno

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 01/2015-SP

Pelo presente Edital, na forma e para os efeitos do disposto no art. 71, inciso III, da Lei n.º 2423/96 – TCE, e art. 97, I e § 2º, da Resolução TCE 04/02, combinado com o art. 5º, LV, da CF/88, e cumprindo Despacho do Relator, Conselheiro Substituto **Mário José de Moraes Costa Filho**, fica **NOTIFICADO** o **Senhor Antenor Moreira Paz**, para, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da última publicação deste, comparecer ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, situado na Avenida Efigênio Sales, n.º 1155, 2º andar, Parque Dez de Novembro, a fim de apresentar documentos e/ou justificativas, como razões de defesa acerca da Decisão n.º 268/2014-Tribunal Pleno reunidos no Processo Eletrônico TCE n.º 10.923/2014 que trata da **REPRESENTAÇÃO COM PEDIDO DE MEDIDA CAUTELAR FORMULADO PELO PROCURADOR RUY MARCELO ALENCAR DE MENDONÇA, EM FACE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TEFÉ, ANTE A EXISTÊNCIA DE CONCRETOS INDÍCIOS DE INVALIDADE DE DISPOSIÇÕES DO EDITAL N. 001/2013, DE 13/03/2014, PROMOVIDO POR ESSA PREFEITURA.**

SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 06 de Fevereiro de 2015.

MIRTYL LEVY JÚNIOR
Secretário do Tribunal Pleno

EDITAL - SECPLENO

Pelo presente Edital, na forma e para efeitos do disposto no art. 71, inciso III c/c art. 81, inciso II, da Lei n.º. 2423/96 c/c o art. 97, I, da Resolução 04/2002-TCE, fica **NOTIFICADO** o **Sr. Rossieli Soares da Silva**, Secretário de Educação da Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino – SEDUC, acerca da **Decisão n.º 992/2014 – TCE/AM** do Egrégio Tribunal do Pleno, que ao apreciar o **Processo n.º 5730/2007**, decidiu, **à unanimidade**, nos termos da proposta do voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, e **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, **Aplicar multa**, no valor de **R\$ 6.453,41** (seis mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e quarenta e um centavos), nos termos previstos na alínea 'b', do V, do art. 308, da Resolução 4/2002 – TCE/AM.

SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 09 de fevereiro de 2015.

MIRTYL LEVY JÚNIOR
Secretário do Tribunal Pleno





Diário Oficial Eletrônico

do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas



Manaus, segunda-feira, 9 de fevereiro de 2015

Ano V, Edição nº 1058, Pág. 6

TELEFONES ÚTEIS

CHEFIA DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA

3301-8161

SEGER
3301-8186

OUVIDORIA
3301-8222
0800-208-0007

SECEX
3301-8153

ESCOLA DE CONTAS
3301-8301

DRH
3301-8231

CPL
3301-8150

DEPLAN
3301 – 8260

DECOM
3301 – 8180

DMP
3301-8232

DIEPRO
3301-8112



Presidente

Cons. Josué Cláudio de Souza Filho

Vice-Presidente

Cons. Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior

Corregedor

Cons. Antonio Julio Bernardo Cabral

Ouvidor

Cons. Júlio Assis Corrêa Pinheiro

Conselheiros

Cons. Érico Xavier Desterro e Silva

Cons. Raimundo José Michiles

Cons. Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos

Auditores

Mário José de Moraes Costa Filho

Alípio Reis Firmo Filho

Procurador Geral do Ministério Público Especial do TCE/AM

Roberto Cavalcanti Krichanã Da Silva

Procuradores

Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça

Evanildo Santana Bragança

Evelyn Freire de Carvalho

Ademir Carvalho Pinheiro

Elizângela Lima Costa Marinho

João Barroso de Souza

Ruy Marcelo Alencar de Mendonça

Elissandra Monteiro Freire

Carlos Alberto Souza de Almeida

Secretário Geral de Administração

Fernando Elias Prestes Gonçalves

Secretário Geral de Controle Externo

Pedro Augusto Oliveira da Silva

Diário Oficial Eletrônico do TCE-AM



Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Av. Efigênio Sales, 1155 Parque 10 CEP: 69055-736 Manaus - AM



Av. Efigênio Sales, Nº 1155 - Parque 10 CEP: 69055-736

Manaus - Amazonas